



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

AJUSTE DIRETO - PROCEDIMENTO N.º AD/5/2025

CADERNO DE ENCARGOS

SERVIÇOS DE ALOJAMENTO WEB PARA O MUNICÍPIO DA PONTA DO SOL 2025-2027



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

Índice

PARTE I.....	5
CAPÍTULO I	5
Disposições gerais	5
Cláusula 1.ª	5
Objeto.....	5
Cláusula 2.ª	5
Elementos do Contrato	5
Cláusula 3.ª	5
Prazo.....	5
CAPÍTULO II	6
Obrigações Contratuais	6
Secção I	6
Obrigações do Adjudicatário	6
Subsecção I.....	6
Disposições gerais	6
Cláusula 4.ª	6
Obrigações principais do adjudicatário	6
Cláusula 5.ª	6
Elementos a entregar pelo Adjudicatário.....	6
Cláusula 6.ª	7
Transferência da posse	7
Cláusula 7.ª	7
Cumprimento do artigo 419.º - A do CCP	7
Subsecção II.....	7
Dever de Sigilo.....	7
Cláusula 8.ª	7
Objeto do dever de sigilo	7
Cláusula 9.ª	7
Prazo do dever de sigilo	7
Secção II	8
Obrigações da Entidade Adjudicante	8
Cláusula 10.ª	8



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

Preço Contratual	8
Cláusula 11. ^a	8
Preço Base	8
Cláusula 12. ^a	8
Condições de Pagamento	8
Cláusula 13. ^a	9
Receção dos Serviços Prestados	9
Capítulo III	9
Resolução de litígios	9
Cláusula 14. ^a	9
Resolução por parte da Entidade Adjudicante	9
Cláusula 15. ^a	10
Resolução por parte do adjudicatário	10
Cláusula 16. ^a	10
Legislação aplicável e foro competente	10
Cláusula 17. ^a	10
Divergências – Prevalência	10
CAPÍTULO IV	11
Penalidades	11
Cláusula 18. ^a	11
Penalidades contratuais	11
Cláusula 19. ^a	11
Força maior	11
CAPÍTULO V	12
Disposições finais	12
Cláusula 20. ^a	12
Cessão da posição contratual	12
Cláusula 21. ^a	12
Comunicações e Notificações	12
Cláusula 22. ^a	12
Prestação da Caução	12
Cláusula 23. ^a	13
Seguros	13



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

Cláusula 24. ^a	13
Contrato Escrito.....	13
Cláusula 25. ^a	13
Gestor do Contrato.....	13
Cláusula 26. ^a	13
Contagem dos prazos	13
PARTE II.....	14
CAPÍTULO I	14
Disposições técnicas.....	14
Cláusula 27. ^a	14
Serviços	14
Cláusula 28. ^a	14
Alojamento.....	14
Cláusula 29. ^a	15
Assistência técnica	15
Cláusula 30. ^a	15
Segurança	15
Cláusula 31. ^a	15
Proteção robusta contra ataques cibernéticos	15
Cláusula 32. ^a	16
Outras funcionalidades	16



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

PARTE I

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual ajuste direto que tem por objeto principal o fornecimento de serviços de alojamento web para o Município da Ponta do Sol para o período 2025-2027.

Cláusula 2.ª

Elementos do Contrato

1. O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
 - a. O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - b. O presente Caderno de Encargos;
 - c. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - d. Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - e. A proposta adjudicada;
 - f. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1, o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto o artigo 101.º desse mesmo diploma.
3. A entidade adjudicante reserva-se ao direito de não celebração do contrato, fruto da aplicação da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro de forma a compromissar a despesa inerente à adjudicação, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 79.º do CCP.

Cláusula 3.ª

Prazo

A prestação de serviços a realizar no âmbito do contrato deverá ser executada no prazo de 36 (trinta e seis) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

CAPÍTULO II

Obrigações Contratuais

Secção I

Obrigações do Adjudicatário

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrerão para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de manter informada sobre o decorrer dos trabalhos, a Entidade Adjudicante;
 - b. Obrigação de prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Entidade Adjudicante;
 - c. A responsabilidade de todos os trabalhos incluídos no Contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do Adjudicatário e só dele, não reconhecendo a Entidade Adjudicante a existência de quaisquer outros que trabalhem por conta ou em combinação com o Adjudicatário;
2. O Adjudicatário obriga-se a corrigir prontamente os erros e anomalias identificados durante as ações de verificação dos trabalhos, de acordo com as orientações ou esclarecimentos da Entidade Adjudicante, e dentro dos prazos por estes fixados;
3. Serão inteiramente de conta do Adjudicatário os encargos e responsabilidade decorrentes da utilização de elementos a que respeitem quaisquer marcas registadas, patentes registadas ou licenças;
4. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª

Elementos a entregar pelo Adjudicatário

1. Para o acompanhamento da execução do contrato o adjudicatário fica obrigado a manter reuniões de coordenação com os representantes da entidade adjudicante;
2. As reuniões previstas no número anterior têm lugar no edifício da Câmara Municipal da Ponta do Sol e devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

3. Todos os custos com as deslocações julgadas necessárias e solicitadas pela entidade adjudicante são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 6.ª

Transferência da posse

1. Com a declaração de aceitação, ocorre a transferência da posse dos elementos a desenvolver ao abrigo do Contrato para a Entidade Adjudicante, incluindo os direitos de autor sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
2. Pela cessão dos direitos que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do Contrato.

Cláusula 7.ª

Cumprimento do artigo 419.º - A do CCP

O prestador de serviços obriga-se ao cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do Código dos Contratos Públicos.

Subsecção II

Dever de Sigilo

Cláusula 8.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deverá guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação com a execução, do Contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não poderão ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 9.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

Secção II

Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 10.ª

Preço Contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deverá pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. Os valores monetários referidos no número anterior não estão sujeitos a qualquer revisão.

Cláusula 11.ª

Preço Base

O preço base, ou seja, o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelos bens e serviços é de € 25 350,00 (vinte e cinco mil trezentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que a entidade se dispõe a pagar, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente contrato.

Cláusula 12.ª

Condições de Pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante devem ser pagas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, com observância do n.º 4 do artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, após a receção pela Entidade Adjudicante das respetivas faturas, as quais devem ser emitidas mensalmente.
2. A fatura deve ser acompanhada de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
3. Em caso de discordância da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A fatura é emitida em nome do Município de Ponta do Sol, sita na Rua de Santo António, n.º 5, 9360-219 Ponta do Sol, onde deve constar obrigatoriamente o número de compromisso, o número da requisição e o número do contrato, sob pena de serem devolvidas.



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

5. Só será devido o preço referente aos serviços efetivamente prestados e aceites.
6. O pagamento será efetuado por transferência bancária.
7. Após boa cobrança, o respetivo recibo será entregue à Entidade Adjudicante.

Cláusula 13.ª

Receção dos Serviços Prestados

1. Durante a execução do contrato, a Entidade Adjudicante, procede à respetiva análise dos elementos referentes à prestação de serviços, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve prestar à Entidade Adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso da análise da Entidade Adjudicante a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, a Entidade Adjudicante deve informar, por escrito, o adjudicatário.
4. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Entidade Adjudicante às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, a Entidade Adjudicante, procedem a nova análise, nos termos do n.º 1.

Capítulo III

Resolução de litígios

Cláusula 14.ª

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Entidade Adjudicante poderá resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos respetivos por um prazo superior a um terço do prazo previsto no Contrato, ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso respetivo excederá esse prazo.
2. Para além dos motivos definidos na legislação, são motivo de rescisão do Contrato por parte da Entidade Adjudicante:
 - a. Incumprimento do prazo para início dos trabalhos;
 - b. Recusa, por parte do Adjudicatário, de corrigir ou repetir os trabalhos que não foram aceites pela Entidade Adjudicante ou por não o fazer no prazo fixado;



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

- c. Recusa, por parte do Adjudicatário, de cumprimento das instruções que lhe forem dadas pela fiscalização no sentido do cumprimento do Caderno de Encargos ou do plano de trabalhos;
- d. Reiterada inobservância das disposições contratuais ou do Caderno de Encargos, ou má fé do Adjudicatário;
- 3. O direito de resolução exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

Cláusula 15.ª

Resolução por parte do adjudicatário

- 1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário poderá resolver o Contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida e seja mais de 50% do preço contratual, excluindo juros.
- 2. Nos casos previstos no n.º 1 anterior, o direito de resolução poderá ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 3. A resolução do Contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato.

Cláusula 16.ª

Legislação aplicável e foro competente

- 1. Em tudo o que o Contrato for omissa observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável e, em qualquer caso, sempre a Lei portuguesa.
- 2. Para todas as questões emergentes do Contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal.

Cláusula 17.ª

Divergências – Prevalência

- 1. Em caso de dúvidas e divergências que possam existir entre os vários documentos do presente Contrato prevalece em primeiro lugar o texto do Contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e o Convite, e em último lugar a Proposta do Adjudicatário.
- 2. Em casos de divergência entre documentos escritos e gráficos, os escritos prevalecem.



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

CAPÍTULO IV

Penalidades

Cláusula 18.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, a fixar em função da gravidade do incumprimento, até ao montante de 20% do preço contratual.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
3. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 19.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

- e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Cláusula 20.ª

Cessão da posição contratual

1. O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato sem autorização da Entidade Adjudicante.
2. Para efeitos de autorização prevista no número anterior, deverá:
3. Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao Adjudicatário no presente procedimento;
4. A Entidade Adjudicante deverá apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do Contrato.

Cláusula 21.ª

Comunicações e Notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.ª

Prestação da Caução

Não será exigida prestação de caução.



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

Cláusula 23.ª

Seguros

É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos relativos à prestação dos serviços.

Cláusula 24.ª

Contrato Escrito

O contrato será reduzido a escrito em conformidade com o n.º 1 do artigo do artigo 94.º do CCP.

Cláusula 25.ª

Gestor do Contrato

1. A execução do contrato será permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato, designado pela entidade adjudicante.
2. O gestor do contrato tem as competências previstas no artigo 290.º-A do CCP.

Cláusula 26.ª

Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no Contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, salvo se for especificado de forma distinta nas peças do procedimento;
2. O período durante o qual o Adjudicatário realiza qualquer tipo de correções devidas não suspende os prazos em curso, designadamente o prazo para entrega dos trabalhos.



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

PARTE II

CAPÍTULO I

Disposições técnicas

Cláusula 27.^a

Serviços

- 1- Alojamento do Balcão Online Municipal por 36 meses;
- 2- Domínios e alojamento institucionais:
 - a. www.cm-pontadosol.pt;
 - b. www.festaspontadosol.pt;
 - c. www.festivalaquiacola.pt;
 - d. www.visitpontadosol.pt;
 - e. www.cmpontadosol.pt – (Arquivo Digital).
- 3- Certificados de Segurança SSL;
- 4- Proteção contra ataques cibernéticos.

Cláusula 28.^a

Alojamento

- 1- Balcão Online municipal – 50GB
 - a. Alojamento web em servidores dedicados;
 - b. Implementação de certificados SSL nas plataformas web institucionais;
 - c. Backup diário
 - d. Datacenter: Portugal
 - e. Backups: últimos 5 dias
- 2- www.cm-pontadosol.pt – 20GB
 - a. Registo anual de domínios;
 - b. Alojamento da informação web em servidores dedicados;
 - c. Implementação de certificados SSL nas plataformas web institucionais;
- 3- www.festaspontadosol.pt - 2GB
 - a. Registo anual de domínios;
 - b. Alojamento da informação web em servidores dedicados;
 - c. Implementação de certificados SSL nas plataformas web institucionais;
- 4- www.festivalaquiacola.pt
 - a. Registo anual de domínios;
 - b. Alojamento da informação web em servidores dedicados;
 - c. Implementação de certificados SSL nas plataformas web institucionais;
- 5- www.visitpontadosol.pt - 2GB
 - a. Registo anual de domínios;
 - b. Alojamento da informação web em servidores dedicados;



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

- 6- c. Implementação de certificados SSL nas plataformas web institucionais;
www.cmpontadosol.pt – (Arquivo Digital).
a. Registo anual de domínios;
b. Alojamento da informação web em servidores dedicados;
c. Implementação de certificados SSL nas plataformas web institucionais;

Cláusula 29.ª

Assistência técnica

- Assistência técnica e de conteúdos permanente;
- Assistência técnica aos munícipes inscritos no Balcão Online;
- Criação de uma linha de apoio “*Chat-Support*”, para o esclarecimento personalizado das dúvidas; explanações no processo de registo e inserção de conteúdos, entre outras situações;
- Validação e normalização das inscrições efetuadas.

Cláusula 30.ª

Segurança

- Inserção das plataformas em servidores com HTTPS – *HyperTextTransferProtocolSecure*; realização de backups diários do Balcão Online Municipal;
- Gestão e segurança dos formulários colocados à disposição dos munícipes, empresas, visitantes e demais agentes económicos locais;
- Instalação do Sistema de Verificação (*Captcha*) nos novos módulos de interação com os utilizadores;
- Verificação diária de segurança dos sistemas robóticos de infiltração e neutralização dos mesmos;

Cláusula 31.ª

Proteção robusta contra ataques cibernéticos

- Proteção de sistemas contra *malware* conhecido e desconhecido
- Garante de taxa falso positivo significativamente baixa
- Controle de hospedagem, com suporte 24 x 7
- Proteção de camadas fora da caixa no nível da rede
- Firewall avançado de aplicativo web que mantém servidores em funcionamento
- Escudo web e sistema de deteção e prevenção de intrusão
- Defesa proativa no combate a *malware* no servidor
- Proteção de nível de sistema de arquivos durante operações de entrada/saída de arquivos
- Antivírus de *cloud* e *herd* para garantir e reforçar segurança
- Serviços de implementação e monitorização 365 x 24



MUNICÍPIO DE PONTA DO SOL

Cláusula 32.ª

Outras funcionalidades

- 1- Tradução;
 - a. Até 5 idiomas para os *websites*:
 - i. Website Institucional - (www.cm-pontadosol.pt);
 - ii. Assembleia - (am.cm-pontadosol.pt);
 - iii. Agenda - (agenda.cm-pontadosol.pt);
- 2- Acessibilidade, Decreto-Lei n.º 83/2018 de 19 de outubro;
 - a. Inclusão de módulo de acessibilidades
 - i. Website Institucional - (www.cm-pontadosol.pt);
 - ii. Assembleia - (am.cm-pontadosol.pt);
 - iii. Agenda - (agenda.cm-pontadosol.pt);
 - b. Funcionalidades incluídas;
 - i. Leitor áudio de ecrã;
 - ii. Inversão de cores;
 - iii. Monocromático;
 - iv. Destaque de ligações
 - v. Destaque de cabeçalhos;
 - vi. Controlo da saturação (baixa e alta);
 - vii. Ampliação de conteúdos
 - viii. Tamanho de letra;
 - ix. Altura de linha;
 - x. Controlo do espaço entre caracteres.

A Presidente da Câmara Municipal,

(Célia Maria da Silva Pecegheiro)